

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 112.203 - AM (2019/0123597-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : KEVIN DA SILVA LEITE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por KEVIN DA SILVA LEITE em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Amazonas assim ementado (fl. 570):

EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO QUALIFICADO - ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA - PORTE DE ARMA - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - EXCESSO DE PRAZO - NÃO CARACTERIZADO - PROCESSO EM FASE DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS - RÉU QUE RESPONDE A OUTROS PROCESSOS - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - ORDEM DENEGADA.

O recorrente foi preso preventivamente e denunciado, com outros dois agentes, como incurso nas penas do art. 244-B da Lei n. 8.069/90, art. 16 da Lei n. 10.826/03, art. 157, § 2º, I e II, e art. 288, parágrafo único, c.c o art. 69, todos do Código Penal.

No presente *writ*, alega excesso de prazo da prisão cautelar e para a conclusão da instrução, asseverando que o recorrente, desde 28/6/2017, *1 ano, 9 meses e 11 dias* [está] *preso cautelarmente (649 dias)*, não tendo sido proferida a sentença até o momento.

Requer, em caráter liminar, a revogação da prisão cautelar.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal ofertou parecer pelo desprovimento do recurso em *habeas corpus*.

Na origem, o processo n. 0623296-21.2017.8.04.0001 aguarda apresentação de memorias, tendo sido concedida a liberdade ao corréu Renato, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 5/6/2019.

É o relatório.

DECIDO.

O Tribunal de Justiça afastou a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa aos seguintes fundamentos (fls. 573-575):

Quanto ao alegado excesso de prazo, não assiste razão ao Impetrante, uma vez que o lapso temporal da prisão se subsume ao princípio da

razoabilidade, quando se tem em conta a complexidade do feito.

Na concreta situação dos autos, não há nenhuma evidência de desídia do Poder Judiciário no processamento da ação penal. Bem ao contrário, o feito está seguindo seu trâmite regular; de modo que, por esta razão, não há que se falar em inércia do Estado-Juiz, visto que age de forma necessária e proporcional.

Ademais, já é manifestação pacífica na doutrina e jurisprudência que o prazo para o término da instrução criminal não pode ser computado através de um critério matemático simples e objetivo, não podendo se lapidar a ação nos prazos exatos para os atos processuais até seu término.

Nesse sentido: [...]

Atualmente, o processo está tramitando normalmente e, ao contrário do alegado pela Defesa, a instrução já foi concluída e os autos encontram-se em fase de apresentação de Memoriais.

Ainda, em consulta ao Sistema SAJ/PG5, deste Tribunal, vislumbrei que o Paciente responde a outros processos criminais, pelos crimes de homicídio (Proc. 0239145-74.2012.8.04.0001 - 35 Vara do Tribunal do Júri) e roubo qualificado (Proc. 0622086-32.2017.8.04.0001 - 11ª Vara Criminal), de modo que, no mínimo, demonstra ter certa inclinação para a prática delituosa.

Tal fato, apesar de não poder ser utilizado para macular os antecedentes do Réu, posto que os processos ainda estão em fase de instrução e julgamento, demonstra que há grandes chances de que ele, mais uma vez em liberdade, volte a cometer crimes - como já fez antes -, sendo, in casu, insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Segundo a orientação prevalecente no STF e no STJ, a gravidade do delito e a periculosidade do agente são motivos suficientes para demonstrar a necessidade da prisão preventiva como medida cautelar, para garantia da ordem pública, instrução criminal e eventual aplicação da lei penal.

É o entendimento: [...]

Assim, o presente pedido não reúne plausibilidade suficiente para ser acolhido, porquanto, a prisão preventiva foi mantida pelo Juízo para fins da garantia pública, tendo sido reconhecidos os fundamentos concretos e suficientes a justificar a privação processual de sua liberdade, nos termos do art. 312, do CPP.

De fato, trata-se de feito complexo com pluralidade de réus – 3 acusados –, com defensores distintos, e de crimes – art. 244-B da Lei n. 8.069/90, art. 16 da Lei n. 10.826/03, art. 157, § 2º, I e II, e art. 288, parágrafo único, c.c o art. 69, todos do Código Penal –, tendo sido requerido, inclusive, exame pericial com laudo juntado em 6/2/2019, conforme consulta ao andamento processual eletrônico.

Ademais, a instrução encontra-se encerrada, pois o processo está em fase de apresentação de memorias, dois dos quais já foram juntados aos autos originais, incidindo ao caso, portanto, enunciado sumular n. 52/STJ.

Cumpre ressaltar, ainda, que embora o recorrente esteja preso desde junho de 2017, a custódia cautelar não se revela desproporcional em relação às penas em abstrato cominadas para os delitos pelos quais ele foi denunciado.

Sabe-se que os prazos fixados na legislação para a prática de atos processuais servem apenas de parâmetro, não podendo deduzir o excesso apenas pela soma aritmética dos mesmos.

É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Não constatada mora estatal em ação penal onde a sucessão de atos processuais infirma a ideia de paralisação indevida da ação penal, ou de culpa do Estado persecutor, não se vê demonstrada ilegalidade no prazo da persecução criminal desenvolvida.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator